

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA**  
**PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

ATA Nº 018

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde.

Eu quero agradecer a presença dos Sindicatos que estão aqui.

Esta é uma reunião que nós convidamos. Nós estamos integrando a Comissão Especial de Reforma da Previdência da Assembléia Legislativa e fazemos parte também da Comissão de Educação, Cultura e Desporto de Seguridade Social. Então, nós convidamos os sindicatos, após um convite que nós recebemos sobre um ato que os senhores estão organizando para sexta-feira.

A partir deste convite, eu me senti na obrigação de convidá-los para nós conversarmos, para ouvi-los. É um primeiro momento, mesmo porque eu vou passar a palavra para os senhores se apresentarem, para ficar registrado. E depois dizer qual é o objetivo desse primeiro momento, o que nós pretendemos traçar juntos com os senhores aqui, sobre este assunto.

Eu vou passar aqui para que todos se apresentem para ficar registrado. Mas eu, já de antimão, quero agradecer o convite que eu fiz, e os senhores aqui compareceram, principalmente, eu peço aqui licença a minha amiga Jussara.

A SRª JUSSARA MARIA DA SILVA VIEIRA - Meu nome é Jussara Maria da Silva Vieira e sou Presidente do SINT/MT- Sindicato dos Inspectores de Tributos do Município de Cuiabá. Estamos aqui para somarmos forças em defesa do trabalhador.

A SRª KÁTIA REGINA FERREIRA LOPES – Meu nome é Kátia Regina Ferreira Lopes e sou diretora Financeira do SINT/MT- Sindicato dos Inspectores de Tributos do Município de Cuiabá.

A SRª SANDRA REGINA FERREIRA – Meu nome é Sandra Regina Ferreira e sou Vice-Presidente do SINDAL, Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa. Eu tenho uma grande preocupação em relação aos aposentados referente à taxaço, porque na Assembléia Legislativa essa questão está em discussão em relação aos nossos aposentados.

A SRª IZABEL CONSUELO M. MARTINS PINHEIRO – O meu nome é Izabel Consuelo M. Martins Pinheiro e estou representando o SINFATE – Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso.

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – O meu nome é Edson Roberto do Carmo e Silva e estou representando o SIPROTAF – Sindicato dos Profissionais da área de Tributação, Arrecadação e Fiscalização.

O SR. BENÍCIO RODRIGUES DA SILVA – Eu sou Benício Rodrigues da Silva, sou Conselheiro da AFFEMAT Saúde, e estou representando o Presidente da mesma.

A SRª WILZA DO CARMO PEREIRA SOARES – Boa-tarde, eu sou Wilza do Carmo Pereira Soares, estou representando a AFISMAT - Associação dos Auditores Fiscais da Previdência Social de Mato Grosso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> IARA FERREIRA DE ARAÚJO – O meu nome é Iara Ferreira de Araújo, sou Secretária da Comissão Especial que está tratando da questão da Previdência.

A SR<sup>a</sup> GRAÇA – Sou Professora Graça, Chefe de Gabinete da Deputada Verinha Araújo.

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA – Sou Adão Barbosa Garcia, sou Vice-Presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Eu não sei como está o horário dos senhores, mas quero propor meia hora para ver se conseguimos fazer aqui o encaminhamento.

Nós temos uma Sessão que já iniciou e pedimos para nos retirar, por um momento, para poder conversar aqui com os senhores.

Qual é o objetivo desta Comissão nossa aqui da Assembléia Legislativa? Qual é o papel desta Comissão?

Assim que foi publicizada a questão da Reforma, ainda antes até do Projeto ir para o Congresso Nacional, quando o Governador tomou posse houve algumas iniciativas com relação principalmente à questão do IPEMAT à época, porque tem servidores estaduais e por isso nós já tratamos aqui, em relação a essa situação.

Nós percebemos que houve uma série de decisões em relação ao Instituto de Previdência que não foram socializadas com os servidores estaduais, com aposentados, pensionistas, que utilizavam o IPEMAT, e não havia uma certa troca de informações com os servidores.

Nós tratamos de procurar, imediatamente, o Diretor do IPEMAT, à época era o Sr. Yuri, e também o Secretário Marcos Henrique Machado, para saber como que o Estado ia encaminhar essa questão em relação à Assembléia Legislativa.

Vou falar do Sr. Yuri, primeiro. O que ele se comprometeu conosco é que estariam fazendo uma auditoria no Instituto – Sr<sup>a</sup> Graça, até eu gostaria que você tirasse uma cópia daquele Requerimento nosso do IPEMAT -, para saber como ele recebeu toda a situação do Instituto e poder, inclusive, discutir conjuntamente com os servidores um plano de saúde. Essa foi a fala dele.

Em relação à reforma da Previdência, no Estado, o Secretário Marcos Henrique Machado está articulado com vários Secretários de Administração em nível nacional - eles estariam aguardando o Projeto do Governo Federal, inclusive a sua tramitação, aprovação-, para poder enviar à Assembléia Legislativa o específico em relação aos servidores estaduais.

É importante tocarmos nisso, porque no caso aqui do Estado que terá que se antecipar, antes da reforma, modificações constitucionais. Há uma série de direitos dos servidores públicos que estão amarrados, anteriormente, na Constituição Estadual de Mato Grosso, e, depois, na Lei Complementar nº 04.

Com o Estado foi assim que nós tratamos. Até no dia em que nós estivemos com o Secretário Marcos Henrique Machado, ele nos apresentou alguns prognósticos em termos de dados, levantamento, que estariam formulando em relação ao possível projeto, com relação à reforma da Previdência no Estado de Mato Grosso.

Depois disso, fizemos uma Audiência Pública aqui, no Auditório Milton Figueiredo, alguns servidores compareceram, alguns sindicatos, nós ouvimos. Depois os servidores organizaram um e nós não tínhamos como participar, porque estávamos em Brasília, naquele dia. E nós tomamos conhecimento, naquele dia, da Audiência aqui sobre as emendas constitucionais que tratam da reforma no âmbito Federal. O que nós estamos pensando? Por isso nós convidamos os senhores a virem aqui. Nós sabemos que não têm somente servidores estaduais, têm também da União e do Município.

Veja bem, as informações que nós temos hoje, é de que esta semana a CCJ já faz, praticamente, a sua apreciação de mérito e depois vai à votação do plenário. A CCJ é a Comissão de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Constituição de Justiça lá na Câmara dos Deputados. E depois ela vai para as outras Comissões mas, na verdade, ela não está indo muito devagar, ela está até bastante rápida na Câmara dos Deputados.

E, aí, tem o momento das emendas. Nós estamos - e por isso nós estamos convidando os senhores aqui para conversarmos sobre isso -, organizando um Seminário no dia doze de junho, nós estamos fazendo junto com o mandato do Deputado Federal Carlos Abicalil. É a nossa Comissão em conjunta com ele. Por que? Porque ele articulou a vinda do Relator da Reforma da Previdência, o Relator Geral da Reforma, que é o Deputado Pimentel. Não sei se os senhores conhecem, ele é do Ceará, inclusive, ele é do Banco do Brasil e é a terceira vez que ele é Deputado Federal.

Nós pensamos em fazer esse Seminário para ouvir as entidades, ou seja, os senhores são de uma determinada categoria, os senhores estão discutindo, o que é que os senhores gostariam de apresentar como emenda, o que os senhores gostariam de discutir, de suprimir ou de adicionar. E esse seria o momento para o Relator, aqui no Seminário, fazer uma exposição sobre as emendas, dar as informações até, porque não tem só o setor do serviço público, há outros que, hoje, também serão atingidos pela Reforma. E seria o momento, inclusive, de nós propiciarmos que o Relator ouvisse o sindicato e as suas emendas. Eu sei que os sindicatos estão se organizando por categorias. A CUT, por exemplo, tem uma organização, ela tem uma proposta de ampliar o teto e ir para quatro mil e oitocentos reais, com uma série de outras questões. Outros sindicatos já têm uma outra emenda, a questão já não é o teto, é a idade. Outro já é a questão da taxaço do Inativo e deseja que o teto seja ampliado.

Quer dizer, este seria o momento de nós fazermos esse debate. Nós precisamos discutir e isso eu acho que está muito claro para os sindicatos, que a Reforma vai acontecer. Ela não vai deixar de acontecer. E como que nós, sindicatos, poderíamos negociar em termos de emendas? Que emendas seriam possíveis serem negociadas? O Governo estaria suscetível a que negociação? Que tipo de negociação?

A idéia do Seminário seria essa de ouvir os Sindicatos por representação. Se os senhores já tivessem como trazer uma proposição de emenda redigida para ser apresentada. Isso no âmbito Federal... Quer dizer, a idéia é nós fazermos esse Seminário dia doze.

No âmbito estadual nós vamos ter que fazer o mesmo procedimento, porque virá para a Casa também o projeto de reforma estadual e nós vamos ter o momento também.

Um outro dado, que é importante, é os senhores terem, como até no horizonte, porque se ficarem criados sub-tetos há um risco de que no Estado e nos municípios os valores serem menores, inclusive do que esses que estão sendo, hoje, definidos na reforma geral. Vou só citar um exemplo, aqui, Sr<sup>a</sup> Jussara Maria da Silva Vieira, no caso da Prefeitura de Cuiabá.

A Prefeitura de Cuiabá, hoje, já taxa os inativos em cinco e oito por cento para uma outra faixa salarial. Algumas categorias que fizeram ações conseguiram suspender, mas já há esse procedimento na Prefeitura, no próprio Estado, também, há. Mas há categorias que conseguiram. No caso nosso, que é a Educação, nós entramos com a ação e suspendeu, não sei se no caso dos senhores também suspendeu.

Nós precisamos ter no horizonte uma discussão, daqui para frente, em relação à reforma estadual, porque se virem para cá projetos em que os valores sejam menores, no caso aqui da Assembléia Legislativa, depois a Câmara também vota, quer dizer, nós vamos ter que manter esse *feedback* de reunião, de conversa, de negociação, de emenda, para nós podermos negociar com o Estado. Então, a idéia seria essa. Nós começamos a discutir, porque pelo o que nós estamos acompanhando essa reforma não vai demorar. Ela não tem esse intuito de demorar, ela vai acontecer. A CCJ mesma está encerrando, nesta semana, pelo informe que eu recebi, hoje.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Eu vou abrir aqui a palavra aos senhores para ver o que acham em relação a isso, e qual a idéia. Eu gostaria de contar com a participação nesse Seminário. Nós queremos discutir a realização do Seminário para ver aqueles pontos que são concordantes e os que são discordantes e, onde são eles discordantes, vemos qual a emenda, que procedimento.

Eu passo agora para os senhores se colocarem.

A SR<sup>a</sup> JUSSARA MARIA DA SILVA VIEIRA - Deputada Verinha Araújo, o que eu quero saber é sobre o Seminário. Está programado para ser período integral ou só um período, como é?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Como nós temos um programa de agenda com o relator, porque ele está sendo muito requisitado. A princípio nós tínhamos marcado para o dia treze, pela manhã, mas ficou marcado para o dia doze, numa quinta-feira, a partir das dezoito horas e pode ir até vinte e três horas. Vai ser no final da tarde até à noite.

A SR<sup>a</sup> JUSSARA MARIA DA SILVA VIEIRA - No período noturno.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vai ser na AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios.

Nós estamos preparando o *folder*, e eu gostaria de saber se, no caso, o Fórum gostaria de compartilhar do *folder* junto na divulgação e engajamento na realização desse Seminário.

A SR<sup>a</sup> JUSSARA MARIA DA SILVA VIEIRA – O nosso Sindicato faz parte do Fórum Previdenciário, mas, infelizmente, no dia doze de junho eu e a Sr<sup>a</sup> Kátia Regina Ferreira Lopes não poderemos estar presentes, porque estaremos num Encontro, na região Nordeste, lá em Campina Grande. Mas, estamos prontas para ajudar no que for preciso.

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA - Eu queria dizer o seguinte, que todas as discussões que os senhores implementarem, principalmente, no caso da Comissão Especial de Previdência da Assembléia, eu acho que é muito interessante, até para ir se antecipando. A nossa preocupação é grande na questão do Estado, justamente com essa possibilidade de haver redução dos valores.

Nós temos conhecimento de que o Governo do Estado contratou uma Consultoria do Banco do Brasil e, parece que houve um entrave qualquer lá, nessa Consultoria, mas a idéia principal dele era de antecipar e acho que ela foi um pouco frustrada, foi adiada, porque houve o conseqüente encaminhamento da proposta em nível nacional. E não pode haver nenhuma discussão no Estado, ou nos Municípios antes que a esfera Federal saia na frente. E nós estamos acompanhando pela imprensa que o Presidente da Câmara disse que em noventa dias, no máximo, sai da Câmara e vai para o Senado.

Isso aí é urgente e é interessante. Nós também achamos que é interessante a Reforma. Não somos contra a Reforma, precisa haver uma Reforma, precisa ter uma definição de que é Previdência para nós - e tomara que Deus nos ajude -, e que os Governos agora tenham sorte de implementar uma lei que não sofra tantas mudanças, porque o que nós tivemos sempre foi retaliações nas legislações que sempre ocorreram. Há pouco tempo, em um mil novecentos e noventa e oito veio aquela Emenda nº 20 que aumentou o nosso tempo de contribuição, porque tem aquele pedágio.

No meu caso, por exemplo, ampliou mais um ano e agora eu já estou temeroso. Eu já estou com cinquenta e três anos para cinquenta e quatro anos, e estou com trinta e quatro anos para trinta e cinco anos de serviço, e estou analisando a questão. Se eu coloco a minha aposentadoria proporcional com noventa por cento ou se eu aguardo para ficar mais sete anos, seis anos pagando... É o que pode acontecer. Se realmente não houver uma emenda, Deputada Verinha Araújo, que contemple a proporcionalidade do tempo que já temos... Eu acho que tinha que ter uma transição, e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

não está tendo uma transição. Ora, se colocar sessenta - o limite é sessenta -, caramba, aí nós seremos prejudicados.

É só isso que eu gostaria de dizer e acho que, inclusive, está sendo muito antipática a medida, lamentavelmente. Francamente, eu fui Lula, continuo Lula, espero continuar Lula. Só que eu acho que pegaram-no de calças curtas, lamentavelmente, por pressões de vinte e sete Governadores e cinco mil e quinhentos Prefeitos que estão com seus cofres falidos, e querem arrancar justamente mais uma vez, usando o servidor como a bola da vez.

A nossa confederação já saiu com um manifesto, está acontecendo, amanhã, um ato público em Brasília, justamente enfocando essa questão, porque nós não podemos ficar de braços cruzados. Eu acho que a mobilização é válida. O próprio Presidente, a sobrevivência dele foi nas ruas, na luta, e foi na mobilização. Se nós não mobilizarmos, ficarmos de braços cruzados, lamentavelmente, nós vamos sofrer os prejuízos.

Eu gostaria de colocar que a nossa Federação, acompanhando o que a nossa confederação está fazendo e junto com o Fórum aqui, de Mato Grosso, porque nós estamos junto com o Fórum, às vezes lá, às vezes cá, nós participamos bastante. Eu estou ajudando o Sr. Silvino. É aposentado é complicado. Aliás, estão todos contando com Vossa Excelência, Deputada Verinha Araújo, para Vossa Excelência dá uma força.

(A DEPUTADA VERINHA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA – É ele pediu para avisar para Vossa Excelência que ele está esperando um manifesto da sua parte. Ele tinha tanto com a Deputada Serys Shlessarenko...

A SRª JUSSARA MARIA DA SILVA VIEIRA – Mas os aposentados não estão separados do Fórum.

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA – Não. Não está, mas é que quando começou essa manifestação... E ela é específica, ou quase que específica para os aposentados. Ela é um quesito dentro da reforma Previdenciária, mas quem começou realmente a questão foi a Associação dos Aposentados, aí que o Fórum encampou para ajudar.

A SRª JUSSARA MARIA DA SILVA VIEIRA – Não. Está havendo um grande engano. A idéia saiu do Fórum, inclusive da Srª Sandra que deu a idéia para o Deputado Wilson Santos e o Deputado Wilson Santos, marcou a reunião com os senhores e, me convidou também. Mas, a idéia saiu do Fórum, da Secretária Geral do Fórum Previdenciário...

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA – A senhora não está entendendo...

Mas, eu estou dizendo que o enfoque principal é a taxação dos aposentados!

A SRª JUSSARA MARIA DA SILVA VIEIRA – Sim. E nós estamos lutando em defesa dos aposentados.

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA – Então, por isso eu acho que nós devemos nos afinar um pouco mais também nessa questão, porque a causa é de todos, quem não é aposentado espera um dia ser.

A SRª JUSSARA MARIA DA SILVA VIEIRA – Sim! Somos os aposentados do amanhã.

Então, veja bem, Deputada Verinha Araújo, nós, do Fórum Previdenciário, defendemos, somos contra a taxação dos aposentados, não só aqueles que são menos favorecidos, mas de todos os aposentados. Nós somos contra essa taxação.

Eu acredito que até o Fórum... Nessa época eu não estarei aqui... Mas o Sr. Sebba já tem aqueles pontos que podemos apresentar, alguém poderia apresentar nesse dia, as propostas como emenda do Fórum Previdenciário, que foi retirado daquele I Seminário da Previdência Social de Mato Grosso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Eu acho que não dá para entrar no mérito, até pelo tempo que definiu, porque com relação ao mérito nós já temos algumas posições.

Nós estamos dentro de um grupo que está propondo ampliar o teto, que é a proposta que a CUT defende hoje. Se nós não conseguirmos negociar por aí, tentando ampliar o teto da taxaço, porque na verdade, hoje, a proposta é acima de um mil e cinqüenta e oito reais, para quem está aposentado. Para quem não está aposentado, que vai aposentar é acima de dois mil e quatrocentos reais.

Então, eu acho que...

(NESTE MOMENTO OS PARTICIPANTES DA REUNIÃO FALAM ENTRE SI).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Não, não! Isso é o que está na proposta, hoje, no caso dos Inativos, é acima de um mil e cinqüenta e oito reais. Está na proposta. E para quem vai aposentar é acima de dois mil e quatrocentos reais, não é acima de um mil e cinqüenta e oito reais. É acima de dois mil e quatrocentos.

É limite de isenção, hoje, porque tem uma discussão também que é a questão do tributo e contribuição. Isso é o que está pegando na questão jurídica. É o mesmo debate sobre o direito adquirido e o não adquirido.

Se nós formos entrar no mérito, nós vamos acabar fazendo um debate. A minha posição pessoal, hoje, é de aumentar o teto, no caso dos Inativos. Mesmo porque, se pegarmos a Prefeitura de Cuiabá, hoje, nós veremos que os aposentados, noventa por cento deles estão ganhando mais um mil cinqüenta e oito reais. Eles já são taxados pela Prefeitura de Cuiabá. Se passar essa proposta, eles não pagariam mais. Por isso que depois nós vamos ter que cuidar das reformas no Estado e nos Municípios, porque podem vir algumas injustiças, que já estão acontecendo antes até da reforma.

A idéia do Seminário é justamente deixar claro, em o que é que vai pegar? O que é possível negociar? Onde é preciso apresentar emenda? Até o próprio Relator já vai poder adiantar, porque com certeza até essa data as negociações já terão avançado. Nós temos um grupo dentro do Partido dos Trabalhadores, hoje - nós tivemos um Seminário agora, na sexta-feira, começou na sexta-feira e ficou sábado o dia todo -, que está discutindo na Bancada, internamente, emendas. Então, a idéia também é essa.

Tem a questão, por exemplo, aquele redutor de cinco por cento ao ano para quem antecipar a idade. Há uma discussão de que assim como protegemos no âmbito geral da reforma abaixo de um mil cinqüenta e oito reais, é de protegemos esse valor também na questão do pedágio, proteger o valor, e também não ter o percentual. Quer dizer, seriam as regras de transição. São várias questões que estão aparecendo que nós precisaríamos ter realmente essa informação e vermos no que é possível avançar.

Passo a palavra para a companheira Wilza do Carmo Pereira Soares, da AFISMAT, Associação dos Auditores Fiscais da Previdência Social em Mato Grosso.

A SR<sup>a</sup> WILZA DO CARMO PEREIRA SOARES – Eu sou Wilza, da AFISMAT.

Como a Sr<sup>a</sup> Jussara Maria da Silva Viera já disse, nós constituímos o Fórum de trinta e cinco entidades. E todas as entidades possuem as mesmas expectativas perante essa reforma, porque não somos contra a reforma. Nós até queremos que ela aconteça de uma forma justa, que não venha prejudicar muito o serviço público, quando da sua aposentadoria.

E uma outra questão que eu queria colocar é que embora o foco hoje esteja voltado à questão da taxaço dos inativos, como está sendo colocado, mas não seria só isso o problema da reforma que está nos atingindo. Ao estabelecimento de um teto que prejudicaria também, uma vez que durante todo esse período em que estamos trabalhando com no serviço público nós contribuimos com a integralidade, tanto porque na Previdência Social, em que nós dissemos regime geral, existe

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

um teto para que o segurado possa contribuir. A partir daquele teto, ele não pode mais, ele só vai receber aquilo. E para nós não houve no início do nosso – vamos dizer - contrato, porque todos nós, servidores, não temos contrato com a União, temos nomeação. Então, é uma atitude unilateral do Estado.

Quando nós fomos nomeados servidores e passamos a contribuir para a Previdência, nós contribuimos com a integralidade.

(NESTE MOMENTO OS PARTICIPANTES FALAM ENTRE SI).

A SR<sup>a</sup> WILZA DO CARMO PEREIRA SOARES – A Previdência Pública, não! Por exemplo, na União, o que eu posso passar para os senhores é o seguinte: independente do salário que eu receba, o que eu vou contribuir para a Previdência Pública é 11%.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Sobre o total...

Da Lei Previdenciária em regime geral?

A SR<sup>a</sup> WILZA DO CARMO PEREIRA SOARES – Exatamente.

Inclusive, a Reforma não estabeleceu assim, uma gradação de alíquotas de contribuição.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Esse é um outro debate também, porque se pensa em ter gradação de percentuais, aí tem também controvérsias, e há, inclusive, Pareceres que a gradação é confisco.

Eu acho que agora com o Parecer da CCJ, nós ficaremos convencidos ou não, se pode ter gradação, porque se fizer gradação há uma decisão do Supremo de que poderia significar confisco à medida que se dá um percentual maior, para quem tem os maiores salários.

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Nós estamos preocupados com essa taxação dos aposentados e pensionistas. Nós vemos que vai haver o desemprego, inclusive, numa reunião que nós tivemos, uma senhora que, usando da palavra, ela colocou essa preocupação. O aposentado, ele também faz o papel de empregador. Ele tem a empregada que toma conta da sua casa e, até às vezes, quem tem criança, tem a babá. E com isso vai gerar o desemprego.

Todos nós sabemos que o Estado não presta serviço de boa qualidade na área de Saúde. No meu caso, eu tenho um Plano de Saúde, que é o UNIMED. E com isso, o que é que vai ocorrer? Vou ter que me desfazer desse Plano, porque não vou ter condições de pagar de continuar pagando a UNIMED. E a empregada que nós temos em casa terá que ser demitida, porque nós temos um gasto com ela de quatrocentos reais por mês. E com isso ficará inviável manter essa empregada.

São preocupações que talvez essas autoridades que estão propondo essa mudança, essa reforma da Previdência, não estão vendo. E essa é uma preocupação muito grande que eu tenho.

Se porventura for aprovada essa reforma como está, eu acredito que é bastante injusta, ou então, o Governo terá que estabelecer uma taxa menor. Porque se o Governo quer que o aposentado participe – eu penso nisso – na contribuição, que crie uma alíquota diferente. Ele não pode nos igualar com os da ativa, quem está na ativa.

(A SR<sup>a</sup> DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Claro. Que fosse na base de quatro a cinco por cento, mesmo assim é injusto. Mas como a política do Governo hoje é dizer que é colaboração... Não é isso que ele está dizendo? Então, se é uma colaboração nós não podemos participar igual aos que estão na ativa. Essa é a minha grande preocupação, por isso, eu faço essa colocação.

Eu gostaria de perguntar, se posso perguntar para a Deputada, qual a opinião de Vossa Excelência? É favorável ou contra essa taxação?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Não. Eu estou defendendo ... Já vou responder e passo para o senhor.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Se nós formos discutir aquilo que eu falei... Na verdade, a idéia da reunião é nos organizarmos, os sindicatos, para as emendas, sugestões, diante do Relator. Eu acho que a presença do Relator aqui, que é a pessoa que vai fazer a síntese geral, para ouvir, inclusive, esclarecer algumas questões que para nós ainda estão em dúvida. Nós até temos uma idéia quando, na verdade, não é a que está no projeto, como eu informei aqui na questão do teto.

O senhor falou vai premiar. Mas não é. É que a partir daquele momento o senhor passa a usufruir da reforma. Então, é a partir daquele momento em que o aposentado atingido pelo teto vai contribuir, pelo menos, o que está lá, por enquanto.

A sua pergunta é a seguinte: Eu hoje sou contra taxar esse valor. Esse teto para mim é baixo, de um mil e cinqüenta e oito reais. Eu estou defendendo uma proposta de um teto maior, acima de um mil e cinqüenta e oito reais, porque se ficar definido o teto de dois mil e quatrocentos reais... Ou então, nós tentarmos ... Hoje a CUT está com uma proposição dos vinte salários mínimos, seria quatro mil e oitocentos reais, é a proposta que a CUT vai apresentar no dia onze, através de emendas. O pessoal vai fazer o protocolo das emendas no dia onze, no Congresso Nacional, e eu estarei lá, inclusive, com o pessoal. E essa é a nossa proposta, de colocar aquela proposta lá para ver o que conseguimos negociar.

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Se diferenciasse dessa nossa colocação, se porventura diferenciasse...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Se diferenciar? Eu acho interessante...

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Nós aposentados pagaremos onze por cento como se fossemos da Ativa.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Justamente. Aí que é importante nós sabermos do ponto de vista jurídico, e é aquilo que eu já falei, que há Pareceres de que não podem diferenciar o percentual, porque senão fica configurado como tributo e não contribuição quando diferenciado. Eles falam que seria um confisco, confiscaria, na verdade, penalizaria quem ganha mais.

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Eu diria para a Deputada que se porventura não houver meios de deixar de eliminar essa taxaçaõ, vamos supor, o Governo estabelecer que vai taxar, acabou, não tem.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Aí, o senhor falou de diminuir os onze por cento?

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – É! Ao invés de onze por cento ele pode... É para tapar buraco...

Agora, se é para ter igualdade que então estabeleça também um teto para desconto. Não pode, por exemplo, descontar do de um mil e cinqüenta e oito reais, que sobra quatro ou cinco mil reais e eu vou encima dos quatro ou cinco mil reais...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Justamente!

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – ...E sendo que o da ativa, não! Ele tem um limite, um teto para descontar. Não é verdade? Então, que haja esse critério!

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Passo a palavra ao Professor Armindo A. de Souza.

O SR. ARMINDO A. DE SOUZA – Boa-tarde a todos, sou do SINASEFE, sindicato que representa as escolas, os CEFET's de Cuiabá e os CEFET's de Mato Grosso.

Nós também estamos envolvidos nessa grande discussão a respeito da Reforma da Previdência e entendemos que não se trata da Reforma da Previdência, de um modo geral, mas muito mais para atingir a Reforma para os servidores Públicos de um modo geral.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Está claro para nós que a questão, hoje, é tentar garantir o direito e ampliá-lo se for o caso.

O que se percebe é que, além de retirar direitos, se quer fazer o achatamento e o nivelamento por baixo e eu sei que não foi esta a política do Partido dos Trabalhadores. Não sou do Partido, deixo bem claro aqui, mas pertenci a esse Partido há algum tempo. Defendia uma qualidade de vida, um padrão de vida bem melhor e um nivelamento não por baixo. O que está se fazendo, hoje, na verdade, é isso.

Não vamos discutir somente taxaçoão dos Inativos, que nós, como os aposentados, temos que defender os ativos e os inativos.

Eu vejo essa reforma com muita expectativa, mas expectativa negativa. Porque a reforma tomou uma proporção tamanha que nós estamos esquecendo hoje - eu ouvi os servidores públicos de um modo geral-, uma outra reivindicação que seria uma questão de reposição salarial. Então, vem sufocando as nossas necessidades com essa reforma da Previdência.

E está claro para mim que na hora em que o Governo quiser aprovar, ele tem voz suficiente para aprovar. O que nós devemos fazer - já que não é possível contrapor essa reforma na íntegra, eu sou da opinião que devemos estar interagindo da forma diferente -, é participarmos das Comissões, tentando dar nossa contribuição nessas mudanças, para que não sejam tão malélicas ao conjunto de trabalhadores públicos de um modo geral.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Essa é a nossa proposição: chamar o conjunto dos sindicatos aqui, para esse Seminário. Nós irmos para lá e os sindicatos se posicionarem, apresentarem propostas, através de emendas ao Relator, dia doze.

O SR. ARMINDO A. DE SOUZA – E outra preocupação minha é que já tivemos seminários aqui, nós fizemos na Escola Técnica Federal de Mato Grosso, mas a mobilização está nas quatro paredes. Tem que sair, ir às ruas mesmo, não sei de que forma, mas ...

(A SRª SANDRA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. ARMINDO A. DE SOUZA – Eu estou sabendo do ato. Esse ato é um bom começo para irmos às ruas, para não ficarmos somente na discussão em nível de sala, de fórum. Esse fórum tem que chegar também, lá fora. Essa é a minha opinião.

O SR. BENÍCIO RODRIGUES DA SILVA – Deputada, nós estamos de acordo o Governo cobrar dos inativos, desde que ele dê o aumento suficiente, conforme o povo pede e a lei manda. Porque se ele for cobrar dos inativos sem o aumento, conforme nós estamos há nove anos, há dez anos, sem aumento, ele mandará muitas pessoas para a roça. E daqui a alguns anos muitos estarão pedindo esmola. É só isso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra, a Srª Sandra Regina Ferreira.

A SRª SANDRA REGINA FERREIRA – Boa-tarde.

Eu sou Sandra Regina Ferreira, do SINDAL. Nós sabemos que a grande preocupação não é somente nossa, enquanto categoria, mas sim, a questão da mobilização em nível nacional, de irmos para Brasília, de questionarmos e vermos o que é melhor para tentar mudar essas expectativas negativas em relação à taxaçoão aos aposentados.

Eu, particularmente, sou uma futura aposentada. Eu não sei o que vai acontecer amanhã. Mas, nós temos aí os que estão, hoje, aposentados.

E, eu, como representante de uma categoria, vejo uma grande preocupação aqui, na Assembléia Legislativa. Nós temos o Instituto de Seguridade Social, Deputada, que já está - não é para este mês agora-, viabilizando uma forma de taxar os nossos aposentados, em particular, apesar da preocupação ser em nível nacional, para todos. E eu estou falando também, enquanto representante de categoria.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Então, Deputada, há essa grande preocupação no que diz no artigo da Constituição Brasileira, nos Artigos 194 e 195. O Artigo 194 diz que a Seguridade Social compreende: Previdência, Saúde e Assistência Social. E no Artigo 195 não incide taxaço aos aposentados.

Mas, a questão é de interpretação. Foi o que aconteceu com o IPEMAT, com o Tribunal de Justiça, enfim, em relação aos Institutos de Seguridade Social. O que eles alegam é que os cinco por cento é para a Saúde, mas já que o Artigo 194 diz que compreende Saúde também. Eu não encontrei nada ainda, estou batalhando, estou na luta, estou procurando, estou conversando, e conversei com a Sr<sup>a</sup> Jussara Maria da Silva Vieira para me dar uma informação, para procurar uma outra pessoa e tal. Ver se tem alguma lei que diz da parte financeira mesmo, porque nós temos que discutir é a questão financeira. É muito lindo lá no papel. A Constituição Brasileira foi bem feita, muito bem formada, mas só que há várias interpretações. E nós discutimos com um, discutimos com outro sobre a contribuição previdenciária, se há uma parte que vai para a Saúde ou se não, é só para efeito de aposentadoria.

Eu tenho essa grande preocupação enquanto representante de categoria e como uma futura aposentada. Vai faltar bastante tempo, mas nós temos essa preocupação.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Então, vamos retomar.

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Deputada, o meu comentário é o seguinte: no Governo passado o servidor público perdeu a estabilidade, não é isso? Em algumas áreas...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Perdeu com a reforma administrativa...

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Exato. Perdeu a estabilidade...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Não é que perdeu, na verdade, se admitiu critérios para pedir demissão.

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Mas, veja bem, o que o Governo pretende é igualar o serviço público com o setor privado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Justamente.

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Só que o serviço público, os servidores não levam as vantagens que o serviço privado tem, como Fundo de Garantia, PIS PASEP, férias que eles, às vezes indenizam, indenizações e outras vantagens mais e isso no serviço público não há...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Nós ainda estamos ainda mais vantagem, nós temos mais segurança...

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – E todos nós sabemos, Deputada, que o maior caloteiro que existe é o Governo. Não gosta de pagar. Nós temos ações que ganhamos até no Supremo e não recebemos!

A desculpa do Governo é que nunca tem dinheiro. E isso aí é um massacre que já vem ocorrendo, dá impressão que está se concretizando agora neste Governo, infelizmente. Quer dizer, é uma preocupação, eu acredito que o Governo está deixando duas categorias somente: o que é pobre é pobre, o que é rico é rico. Não tem mais a classe média, é a minha visão, é o que eu estou vendo agora, estão entendendo?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Alguém mais quer fazer encaminhamento?

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA – Eu quero, só para encerrar, dizer que, realmente, a Federação estará presente. Vossa Excelência pode nos colocar na relação do dia doze, porque é de interesse estarmos conversando sobre isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Quero também lembrar que a Vossa Excelência é hoje Deputada, uma sindicalista, que bom, não é?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Professora...

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA – Professora Municipal e tal, que Vossa Excelência não se esqueça de lembrar, inclusive, os seus colegas, os outros vinte e três Srs. Deputados, de que nós temos uma Constituição Estadual e uma Lei Complementar nº 04, que diz que é a obrigação da aposentadoria é do Governo. O Governo é que irá pagar, até agora ainda está vigente essa Lei.

E ele, lamentavelmente, adotou a Emenda Constitucional nº 20 sem fazer nenhuma modificação na legislação aqui. Eu acho que está até havendo contravenções ilegais com aquele subsídio. Ele incorporou adicional por tempo de serviço, sendo que ele está assegurado na Constituição sem revogar o artigo, é uma coisa absurda que aconteceu aqui. Lei Ordinária passando por cima de Constituição.

Nós gostaríamos de acompanhar, participando com o vosso trabalho, em vosso gabinete, principalmente, no desdobramento dessa questão aqui. Eu acho que está muito certo. Eu acho que será uma oportunidade interessante de nós colocarmos aquilo que realmente, nós vimos defendendo...

Nós achamos que a questão do Seminário, ele vai oportunizar que cada um... Porque cada um tem a sua divergência. Nós discutimos no fórum previdenciário, mas nós temos algumas coisas que são um pouco diferentes do outro que é o caso, por exemplo, eu pelo menos em nível de...

(NESTE MOMENTO A SR<sup>a</sup> DEPUTADA VERINHA ARAÚJO DIALÓGA COM O ORADOR - INAUDÍVEL).

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA - Nós pensamos o seguinte, Deputada, que uma das atitudes que o Governo deveria tomar - eu falo aqui de nós, não é o caso federal-, seria fazer uma revisão da aposentadoria e das pensões. Existem indícios de muitas irregularidades...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Sr. fala aqui no Estado.

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA - Sim, naturalmente, no caso do Estado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - a União também.

O SR ADÃO BARBOSA GARCIA - No Município a mesma coisa. E o que é isso? Tem coisa cabeluda por ai. Eu gostaria que esse que não pagou pagasse, eu não posso meter... Eu não admito meter a mão no seu bolso para pagar por quem não pagou, de forma alguma, nem morto.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos encerrar. Alguém mais quer falar? Depois eu passo para o senhor a questão do Seminário, para vermos se as entidades estarão indo, já com as propostas, emendas.

A SR<sup>a</sup> WILZA DO CARMO - Deputada, eu gostaria de saber, como é que esse Seminário esta sendo encaminhado e haverá palestras que vão, vamos supor, desmistificar a questão do rombo da Previdência como é a falácia na mídia? Ou haverá palestras... Porque pode haver os dois lados, um desmistificando e o outro mostrando que há um rombo. Não sei como é que está sendo encaminhada essa natureza da palestras.

É isso que eu gostaria de colocar.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Será um Seminário, que terá uma exposição do relator, com um maior tempo. Onde ele trará todas as informações da previdência, tanto no setor público... Ele inclusive tem uma página, eu até já posso passar para os senhores a página do relator, onde estão todos os dados hoje, de todos os estados pelo que ele me mostrou lá.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

De todos os estados do Brasil, ele tem todas as informações de valores, quanto arrecada, quem paga, que percentual que paga, tem das prefeituras, tem da União e tem do regime geral.

Ele vai fazer uma palestra técnica. Vai apresentar os dados, qual é a proposta que está sendo colocada; as emendas, onde é que elas mexerão. Certo? E se ele já tiver alguma coisa avançada em termos de proposta, de emendas novas, se ele já recebeu isso por parte das categorias, ele explicitará. Ou então, vai ser o momento dos senhores, que são do sindicato, apresentarem. Haverá inscrições por entidades: “Olha, nós somos do setor tal, nós queremos divergir do senhor nesse ponto, porque nós temos esta proposta”. Então, os senhores apresentam a proposta. Em seguida uma outra categoria.

Essa é a idéia do Seminário. Ele terá uma exposição maior, nós, possivelmente, faremos a nossa. Eu estou preparando uma com relação ao Estado, se eu conseguir acumular o material, informações do Estado. A AMM que vai representar os municípios, também, estará fazendo enfoque do Município e o Deputado Federal Carlos Abicalil estará enfocando o campo da educação.

A CNTE que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, ela também têm emendas que ele estará... Por exemplo, a educação estará fazendo mobilização dia 11, em Brasília, para nós levarmos as nossas emendas. Eu, inclusive, estarei lá, eu já falei aqui. Eu estarei apoiando os professores, lá.

A idéia do seminário é essa, a exposição, e abrir aos sindicatos para apresentarem suas proposições e nós obtermos o retorno do relator, ou como é que isso será devolvido para os sindicatos que têm determinadas proposições.

A SR<sup>a</sup> WILZA DO CARMO PEREIRA SOARES – A minha pergunta se prende ao fato de ser preocupante o fato de como se apresenta essa contabilidade da previdência? Ela expôs ali, essa preocupação, também, e até hoje, nós não temos o que é que conta? Porque para nós servidores, que temos que defender a nossa posição, nós temos que tentar com conceito de seguridade social como é no art. 194 da Constituição Federal.

Se nós contarmos, realmente, com tudo isso que lá expõe e logo em seguida, no art. 195, que está definido as fontes de custeio da previdência social, e ainda incluir as contribuições dos servidores públicos, e em contrapartida o da União que ela não recolhe, entendeu? Numa contabilidade que nós fazemos...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Já para encaminhar, se fosse o caso, nós poderíamos garantir a Mesa, para representação desse fórum, um tempo para os senhores fazerem a exposição do que os senhores contestam, para podermos fazer até *feedback*.

Eu posso conversar, pela Comissão. E conversar também, com o Deputado Abicalil, que é um dos promotores do evento, para nós incluirmos a Mesa, uma representação dos senhores no fórum para que façam essa exposição. Os senhores concordam?

A SR<sup>a</sup> WILZA DO CARMO PEREIRA SOARES - Eu concordo, mas, acho que nós poderíamos até nos reunirmos antes, para poder discutir, avaliar ou conhecer como que é feita essa contabilidade de acordo com a Constituição.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Mas, é só na exposição do seminário, porque, é por conta do Relator.

A SR<sup>a</sup> WILZA DO CARMO PEREIRA SOARES - Nós não sabemos ainda o que ele vai nos trazer, de repente ele traz isso .....

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ele tem uma página, ele tem um *site*, eu posso passar o endereço para os senhores entrarem e ficarem sabendo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> WILZA DO CARMO PEREIRA SOARES - Porque, ele pode chegar lá, na hora, para o encontro, com algo que nós não temos...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Poderemos então, fazer o encaminhamento aqui. O que nós proporíamos? Nós conversariamos com o pessoal da coordenação, que estão fazendo a coordenação, para incluir um espaço, para que no fórum tenha um espaço dos senhores apresentarem a vossa óptica sobre essa questão da contabilidade.

Se os senhores quiserem usar algum instrumento, para fazer uma amostra, se organizem. Nós precisaríamos de um telefone para dar o retorno. Eu não sei se seria a senhora. Quem seria? A senhora precisaria ver, dona Jussara Maria da Silva Vieira, quem falaria.

A SR<sup>a</sup> JUSSARA MARIA DA SILVA VIEIRA - Isso é no dia do seminário?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É no dia do seminário, dia doze. Então, eu deixo o meu celular com os senhores, vejam quem seria o orador e passam para nós podermos inclui-lo. Eu até tenho que conversar com o pessoal para preparar o *folder* entre hoje e amanhã. Eu não sei como é que está lá, Sr<sup>a</sup> Iara Ferreira de Araújo, se já rodaram, para passarmos essa inclusão à Mesa.

(MANIFESTAÇÃO DA MESA - INAUDÍVEL).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu sei, mas, nós já estamos fechando.

O meu celular é 9972-8013. Se os senhores quiserem ficar com o meu celular, porque o meu material ficou lá no plenário. Eu não sei se encerrou a Sessão, para que eu possa pegar o endereço da página do Deputado Pimentel para os senhores acessarem.

Agora, nós nos comprometemos com isso, vamos divulgar o Seminário, vamos fazer os *folders*, vamos distribuir nas repartições, nas escolas, nós queremos a presença de todo mundo, vamos divulgar na imprensa.

Quero dizer aos senhores que não vou poder estar lá, na sexta-feira, porque nós estamos indo no Encontro da UNALE, amanhã. Eu até fiz um ofício respondendo. Nós vamos ter um encontro amanhã e na sexta-feira, de todos os Deputados Estaduais do País, nós vamos até discutir essa questão da Reforma da Previdência também. Mas, já emiti a minha opinião aqui, dentro do...

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Deputada, posso fazer uma pergunta, só para encerrar?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Pode perguntar.

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Será que a Vossa Excelência não está escorregando, fugindo, Deputada? Porque Vossa Excelência disse que iria participar do nosso primeiro seminário...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Mas, aquele dia eu estava...

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Desculpe por usar ...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Mas, quem é que marcou?

O SR. EDSON ROBERTO DO CARMO E SILVA – Desculpe-me por usar de sinceridade...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Não, não, não. Mas, é com certeza.

É o seguinte: primeiro quando foi marcado aquele seminário, eu já tinha avisado a Sra. Jussara Maria da Silva Vieira que estaria no Encontro da UNDINE. Eu fiquei os dias sete, oito e nove, em Brasília. Estava até na imprensa.

Amanhã e sexta-feira, nós estaremos, os onze Deputados, indo participar desse Encontro Nacional. Acontece que os senhores estão marcando no dia que eu não estou aqui. Por isso

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2003, ÀS 17:00 HORAS.**

---

eu fiz questão, estou respondendo a um convite que me foi feito por escrito e me comprometendo nessa questão do Seminário, de nós fazermos o debate. Eu já deixei pública a minha posição aqui para o senhor.

O SR. ADÃO BARBOSA GARCIA (FORA DO MICROFONE) – A promoção não é da Câmara?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – É da Comissão Especial da Reforma da Previdência da Assembléia Legislativa e do Deputado Federal Carlos Abicalil.

O SR. BENÍCIO RODRIGUES SILVA (FORA DO MICROFONE) – Deputada, eu só quero perguntar se o Deputado Federal Carlos Abicalil é a favor ou contra a taxaço dos inativos?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – O Deputado Federal Carlos Abicalil, ele está centralizando pela proposta da CUT. Ele vai acompanhar a CUT na entrega das emendas e a CNTE também, no dia onze.

O SR. BENÍCIO RODRIGUES SILVA (FORA DO MICROFONE) – Pelo que eu ouvi, ontem, eu acho que ele está a favor da taxaço...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Eu acho que tem que fazer uma diferenciaço do que é bom para os inativos, porque do jeito que está aí, eu sou contra, nesse valor. Agora, de um teto mais amplo, nós somos a favor...

O SR. BENÍCIO RODRIGUES SILVA (FORA DO MICROFONE) – Para mim, estabelecendo o valor do teto, porque da forma como está...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – É isso que eu estou dizendo, não adianta eu fazer sozinha uma emenda ao relator. Eu acho que é por isso que é importante o sindicato ir lá, em consonância com as categorias, vai ter mais força.

Antes de encerrar esta Audiência Pública, vou informar o *site* do Deputado Federal José Pimentel: [www.josepimentel.com.br](http://www.josepimentel.com.br), tudo junto. Lá tem essas informações que a senhora estava perguntando sobre a questão da economia.

Agradeço a presença de todos. Está encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Rossana Valéria Guerra;
- Revisão:
  - Denize Maria Soares Martins de Siqueira.